



PODER

Lula defende Juscelino, indiciado por corrupção

No Maranhão, presidente diz estar “feliz” com o trabalho do ministro das Comunicações — suspeito de desvio de verbas de emendas parlamentares — e ressalta que “todo cidadão é inocente até que provem o contrário”. Chefe do Executivo nega reforma ministerial

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em defesa do ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Os dois subiram juntos no palanque, ontem, no Maranhão, pela primeira vez desde que o titular da pasta foi indiciado pela Polícia Federal por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O chefe do Executivo disse estar “feliz” com o trabalho de Juscelino e que não pode tirá-lo do governo por um processo que ainda não foi acatado pelo Judiciário — o relatório da PF foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se denuncia ou não o ministro. Juscelino acompanhou Lula no Piauí, pela manhã, e em sua base eleitoral, o Maranhão, à tarde.

“Estou feliz com o (André) Fufuca, estou feliz com o Juscelino e estou feliz com a nossa Sonia Guajajara”, disse Lula, em entrevista à Rádio Mirante News, logo ao desembarcar em São Luís. Os três citados são maranhenses. O presidente admitiu, porém, que há “um problema de indiciamento” com o ministro das Comunicações.

“Para mim, todo cidadão é inocente até que provem o contrário. Se um cidadão tem um pedido de indiciamento e esse indiciamento ainda não foi concedido pela Procuradoria-Geral nem pela Suprema Corte, tenho que aguardar o processo”, acrescentou.

Juscelino é suspeito de desvio de verbas de emendas parlamentares para beneficiar propriedades de sua família em Vitorino Freire (MA). Segundo a PF, o caso teria ocorrido quando o político era deputado federal, antes de integrar o governo Lula.

Ao apurar irregularidades em obras da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a corporação encontrou mensagens entre Juscelino e um dos investigados por fraudes em licitações, o empresário Eduardo José Barros Costa,

Fragilidade

Um dos principais fatores que pesam na decisão de demitir Juscelino Filho é a fragilidade da base do governo no Congresso, especialmente após derrotas consideradas importantes para a gestão federal na última semana.

conhecido como Eduardo DP.

O ministro esteve com Lula em Teresina, no encerramento da Caravana Federativa do Piauí, onde foram anunciados investimentos em portos e na digitalização de serviços públicos. Ele não discursou.

Já em São Luís, participou também do anúncio de obras portuárias e de mobilidade urbana. Sem citar o enrosco judicial, disse estar satisfeito em poder fazer parte do governo e destacou as ações do ministério no Maranhão.

“Quero dizer do meu agradecimento de poder hoje estar ao seu lado, compondo a sua equipe, que muito nos honra, liderando essa pasta que é hoje tão importante e estratégica na vida dos brasileiros, as Comunicações”, declarou.

O chefe do Executivo **estuda se demite** ou não Juscelino, mas deve aguardar até o processo estar mais avançado. Integrantes do governo sondam se o União Brasil, partido do ministro, negociaria a exoneração. O risco é ter uma reação negativa da legenda, que tem uma das maiores bancadas do Legislativo, prejudicando uma relação já delicada entre o Planalto e o Parlamento. Até o momento, o União está apoiando completamente Juscelino, que **nega as acusações**. A legenda chegou a questionar — assim como o ministro — a imparcialidade da Polícia Federal.

Esplanada

Em outra entrevista, desta vez à Rádio Meio, do Piauí, Lula repetiu estar satisfeito com

Reprodução/Rede Sociais



Lula e Juscelino subiram juntos no palanque, no Maranhão, pela primeira vez desde que o titular das Comunicações foi indiciado

“Ação política e previsível”

Em nota divulgada após a ação da PF, o ministro afirmou que o indiciamento é “uma ação política e previsível”. “Parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito”, indicou. Segundo ele, a investigação “repete o modus operandi da Operação Lava-Jato”.



Se um cidadão tem um pedido de indiciamento e esse indiciamento ainda não foi concedido pela Procuradoria-Geral nem pela Suprema Corte, tenho que aguardar o processo”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

seus auxiliares e descartou fazer mudanças na Esplanada no curto prazo. “Não vejo nenhuma necessidade de fazer reforma ministerial. Estou satisfeito com os meus ministros”, comentou. “A hora em que eu precisar, vou mudar as pessoas. Mas eu estou com um governo muito bom”, acrescentou.

Derrotas recentes do governo no Congresso abriram questionamentos sobre uma reforma ministerial, além do imbróglio com Juscelino Filho. Mudanças devem ocorrer no fim do ano, após as eleições municipais de outubro. Afinal, o resultado das urnas vai definir qual será a força política de cada legenda e pode influenciar a decisão de Lula sobre quais siglas vão ganhar mais espaço, e quais não poderão entregar o prometido.



Quero dizer do meu agradecimento de poder hoje estar ao seu lado, compondo a sua equipe, que muito nos honra, liderando essa pasta que é hoje tão importante e estratégica na vida dos brasileiros, as Comunicações”

Juscelino Filho, ministro das Comunicações, para Lula

Cobrança à base do governo contra PL do Aborto

Na visita que fez ao Maranhão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou sua aprovação ao projeto de lei que equipara o aborto feito após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio. O chefe do Executivo classificou a proposta de “uma insanidade” e “ideia impensável para pessoa de juízo perfeito”.

“Essa loucura do cara que falou do aborto é uma coisa de uma insanidade tão grande. Para o cidadão criar a ideia de que a vítima do aborto tem que pegar uma pena maior que o cara que praticou o aborto é uma coisa impensável para uma pessoa de juízo perfeito”, enfatizou, em entrevista à rádio Mirante News, de São Luís. O projeto prevê até 20 anos de prisão para a mulher que abortar após 22 semanas de gravidez; já o crime de estupro tem pena de até 10 anos.

Lula instou a base governista a enfrentar o texto, apoiado por parte da oposição e da

bancada evangélica. Mesmo entre esses grupos, porém, há rachas, após a forte repercussão negativa da proposta.

“Temos que enfrentar esse debate, tenho dito para a bancada que defende o governo lá (no Congresso) que a gente não pode ficar receoso. Temos que ter coragem de debater, discutir e divergir”, destacou.

Enxurrada de críticas

Na semana passada, o projeto teve a urgência aprovada pela Câmara em uma votação-relâmpago, de apenas 23 segundos. A manobra teve reação imediata na sociedade. Houve uma enxurrada de críticas nas redes sociais e protestos nas ruas em várias capitais do país.

Ante as críticas em massa, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recuou de levar o PL para votação em plenário e prometeu a formação de uma “comissão representativa”



Manifestação em São Paulo contra o PL: reação popular e de entidades fez Câmara frear análise do texto

para debater o tema. Por sua vez, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a proposta é uma “irracionalidade”. “Quando se discute a possibilidade de se

equiparar o aborto em qualquer momento ao crime de homicídio é, me perdoe, uma irracionalidade. Não tem o menor cabimento, a menor lógica, a menor razoabilidade de se punir a título de

homicídio com o aborto”, criticou Pacheco, na última terça-feira. Ele também afirmou que, se o projeto for para o Senado, será debatido por comissões, sem pressa para ir a plenário. (VC e IS)

Memória

Aprovação a toque de caixa

A Câmara aprovou a urgência do PL do Aborto no último dia 12. A votação relâmpago aconteceu de modo simbólico e sem que o nome da proposta fosse citado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quando pautado no plenário. Alguns parlamentares sequer perceberam o que estava sendo votado. Houve reclamações, sobretudo, do PSol, que é contrário à iniciativa.

Nos dias seguintes à aprovação, contudo, o governo tentou se manter distante da discussão para evitar um desgaste de ser atrelado a uma possível derrota no Congresso. Segundo relatos, porém, a influência da primeira-dama Rosângela da Silva, conhecida como Janja, teria influenciado uma mudança de postura no Executivo.